



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

132
R

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº 0235167-3/01 (NPU 0012058-07.2011.8.17.0000)

Embargante: Município de Serra Talhada/PE

Embargado: Graça Maria da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. *TEMPUS REGIT ACTUM*. APLICAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA DE FORMA FRACIONADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

1. O acórdão combatido foi contraditório no momento em que se considerou o princípio do *tempus regit actum*, colacionando entendimento do STJ em que se ressalta a necessidade de aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97, e aplicou o art. 3º, do Decreto nº 2.322/87.

2. Na hipótese dos autos – Ação de Cobrança com data de 23/12/1998, referente a valores não pagos em Outubro, Novembro e Dezembro de 1996, tendo-se procedido à citação em 18/03/1999 – o percentual de juros de mora foi fixado em 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3º, Decreto nº 2.322/87.

3. Este E. Tribunal de Justiça tem seguido o entendimento amplamente majoritário do STF e STJ, para determinar que os critérios de atualização do *quantum* devido, pela Fazenda Pública, a título de verbas remuneratórias a servidor público seja corrigido de forma fracionada, ou seja, efetuando-se a distinção de três períodos.

4. Embargos de Declaração providos, para sanar a contradição apontada pelo Embargante, emprestando-lhes efeitos infringentes, reformando o julgado vergastado somente no tocante à aplicação dos juros de mora de maneira fracionada: a partir da citação até 24/08/2001, data da vigência da MP 2.180/2001 que introduziu o art. 1º - F da Lei 9494/97 → 1% (um por cento) ao mês; a contar de 24/08/2001 até 30/06/2009, data da vigência da Lei 11.960/2009 → 0,5 % (meio por cento) ao mês; de 30/06/2009
6 ED 0235167-3/01

GRU 7




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

(art. 1º -F da Lei 9494/97 modificado pela Lei 11.960/2009) até o efetivo pagamento → índice da caderneta de poupança.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo nº 0235167-3/01, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, dar provimento aos Embargos de Declaração com efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



134
H

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº 0235167-3/01 (NPU 0012058-07.2011.8.17.0000)

Embargante: Município de Serra Talhada/PE

Embargado: Graça Maria da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos em face do acórdão de fls. 82/83, que negou provimento ao Recurso de Agravo, para manter a decisão em conformidade com os entendimentos do STF e desta Corte de Justiça.

O Embargante pretende sanar as omissões quanto aos argumentos tecidos nos recursos de Apelação e Agravo, no que pertine à condenação em juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês.

Afirma que o entendimento adotado quando do julgamento de fls. 82/89 diverge da compreensão da Câmara de Direito Público deste Tribunal e viola o preceito do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a nova redação dada pela Lei 11.960/09.

Aduz que houve contradição no momento em que o Desembargador Relator considerou o princípio do *tempus regit actum*, colacionando entendimento do STJ, em que se ressalta a necessidade de aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97, e aplicou o art. 3º, do Decreto nº 2.322/87.

O Embargante sustenta que, como a citação válida deu-se em 1999, os juros de mora não deverão ser fixados em 1% ao mês, devendo incidir da seguinte forma: a) 1% ao mês, nos termos do art. 3º, Decreto nº 2.322/87, da data do ajuizamento da ação até 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória nº 2.180-35, que acresceu o art. 1º-F à Lei nº 9.494/97; b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 e c) percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei 11.960/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

135
W

Por fim, requereu que fosse sanada a contradição relatada, com o fim de reformar a decisão embargada, que manteve a condenação do Embargante na aplicação única dos juros na base de 1%.

É o Relatório.

Recife, 12 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

136
OK

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº 0235167-3/01 (NPU 0012058-07.2011.8.17.0000)

Embargante: Município de Serra Talhada/PE

Embargado: Graça Maria da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Aduz o Embargante que houve contradição no momento em que o Desembargador Relator considerou o princípio do *tempus regit actum*, colacionando entendimento do STJ em que se ressalta a necessidade de aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97, e aplicou o art. 3º, do Decreto nº 2.322/87.

Na hipótese dos autos – Ação de Cobrança com data de 23/12/1998, referente a valores não pagos em Outubro, Novembro e Dezembro de 1996, tendo-se procedido à citação em 18/03/1999 – o percentual de juros de mora foi fixado em 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 3º, Decreto nº 2.322/87.

Todavia, este E. Tribunal de Justiça tem seguido o entendimento amplamente majoritário do STF e STJ, para determinar que as condenações contra a Fazenda Pública de verbas remuneratórias devidas a servidor público sejam corrigidas da seguinte forma:

1. A partir da citação até 24/08/2001, data da vigência da MP 2.180/2001 que introduziu o art. 1º - F da Lei 9494/97 → 1% (um por cento) ao mês;
2. A contar de 24/08/2001 até 30/06/2009, data da vigência da Lei 11.960/2009 → 0,5 % (meio por cento) ao mês;
3. De 30/06/2009 (art. 1º -F da Lei 9494/97 modificado pela Lei 11.960/2009) até o efetivo pagamento → índice da caderneta de poupança.

O efeito da condenação abrange as parcelas não pagas de Outubro, Novembro e Dezembro de 1996 até os dias atuais, considerando que ainda não houve efetivo cumprimento.

Assim, os critérios de atualização do *quantum* devem ser formulados de maneira fracionada, ou seja, distinguindo-se cada um dos três períodos anteriormente especificados com o respectivo percentual de juros de mora.

ESD



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Tendo em vista que a decisão embargada determinou a incidência dos juros de mora no percentual de 1% (um por cento) ao mês, sobre todo o período de 1996 até os dias atuais, faz-se necessária a reformulação dos cálculos para adequá-los à jurisprudência deste Sodalício.

Vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORADEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE. 11.960/9.4941. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança". 11.960/1º-F9.4942. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência. 3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n.2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso. 9.4944. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente. 11.9605. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum. 5º 11.9606. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 543-CCPC87 Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada. 543-CCPC1º-F9.4949608. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos. 5º 11.960 (1205946



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

SP 2010/0136655-6, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 19/10/2011, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 02/02/2012)

A jurisprudência do STJ também explicou o fenômeno:

"as normas que disciplinam os juros moratórios possuem natureza processual - instrumental - devendo incidir de imediato nos processos em andamento. Tratando-se de condenação imposta à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a empregado público, os juros de mora incidirão da seguinte forma: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1098892/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 02/12/2011).

Esta teoria foi acompanhada por este E. Tribunal de Justiça, conforme se vê abaixo, inclusive, com súmula a respeito:

TJPE: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - APLICAÇÃO IMEDIATA DAS LEIS DE NATUREZA PROCESSUAL - JUROS DE MORA - CONDENÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS - INTELIGÊNCIA DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97 - PRECEDENTES DO STJ - RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME - MANTIDA A DECISÃO IMPUGNADA. 1º-F9.4941-As leis de natureza processual têm aplicação imediata aos processos em curso. 2-Aplicação imediata dos preceitos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, incluído pela Medida Provisória nº 2180-35 de 2001 e alterado pelo art. 5º da Lei n. 11.960/09, nas condenações à Fazenda Pública. 1º-F9.4945º11.9603-Em caso de condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, os juros de mora incidirão do seguinte modo: (a) percentual de 1% ao mês, nos termos do art. 3.º Decreto n.º 2.322/87, no período anterior à 24/08/2001, data de publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, que acresceu o art. 1.º-F à Lei n.º 9.494/97; (b) percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP n.º 2.180-35/2001 até o advento da Lei n.º 11.960, de 30/06/2009, que deu nova redação ao art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97; e (c) percentual estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009. 4-Recurso de Agravo Improvido. 5-Decisão Unânime. 1º-F9.49411.9601.º-F9.49411.960 (2725628 PE 0013054-68.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 31/07/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 143)

TJPE: Súmula 069. "Na condenação da Fazenda Pública ao pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores empregados públicos, incidem juros moratórios, a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

139
DL

partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nas ações ajuizadas até a entrada em vigor do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redução dada pela MP nº 2.180/2001, em 24/08/2001, sendo aplicável, dali em diante, o percentual de 6% ao ano."

Pelas razões expostas, **DOU PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, para sanar a contradição apontada pelo Embargante, emprestando-lhes efeitos infringentes, a fim de reformar o julgado vergastado somente no tocante à aplicação dos juros de mora de maneira fracionada: **a partir da citação até 24/08/2001, data da vigência da MP 2.180/2001 que introduziu o art. 1º - F da Lei 9494/97 → 1% (um por cento) ao mês; a contar de 24/08/2001 até 30/06/2009, data da vigência da Lei 11.960/2009 → 0,5 % (meio por cento) ao mês; de 30/06/2009 (art. 1º -F da Lei 9494/97 modificado pela Lei 11.960/2009) até o efetivo pagamento → índice da caderneta de poupança.**

É como voto.

Recife, 17 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator